

Ângelo Fernando Faccioli

INTRODUÇÃO AO TERRORISMO

**Evolução Histórica, Doutrina,
Aspectos Táticos, Estratégicos e Legais**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-6790-6

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

F138 Facciolli, Ângelo Fernando
Introdução ao terrorismo: evolução histórica,
doutrina, aspectos táticos, estratégicos e legais /
Ângelo Fernando Facciolli – Curitiba: Juruá, 2017.
508 p.

1. Terrorismo – História. 2. Terrorismo – Brasil.
3. Terrorismo – Legislação. I. Título.

CDD 323.2(22.ed.)
CDU 323.285

000051

SUMÁRIO

I –	INTRODUÇÃO	13
II –	DEFINIÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E DOCTRINÁRIA DO TERRORISMO	17
III –	CLASSIFICAÇÃO DOCTRINÁRIA; CARACTERÍSTICAS COMUNS DO FENÔMENO TERRORISTA MODERNO; FATORES QUE IMPULSIONAM O SEU AVANÇO; ZONAS CINZENTAS	27
	3.1 Classificações Doutrinárias	27
	3.1.1 Em relação à amplitude geográfica (ambiente).....	28
	3.1.2 Em relação à motivação.....	29
	3.1.3 Em relação ao alvo (natureza do ataque).....	39
	3.1.4 Em relação ao contexto de apoio das organizações	40
	3.1.5 Em relação aos níveis de alerta de antiterrorismo.....	41
	3.1.6 Em relação ao nível de ligação dos seus agentes	42
	3.1.7 Em relação ao objetivo dos atos (atentados).....	44
	3.2 Características Comuns do Fenômeno Terrorista Moderno	46
	3.2.1 Generalidades	46
	3.2.2 Uso da violência bidimensional – física e psicológica.....	48
	3.2.3 Da difusão (propaganda do ato).....	49
	3.2.4 Do fanatismo	51
	3.2.5 Insurgência e espontaneidade	53
	3.2.6 Propósitos definidos	56
	3.2.7 Vertente psicológica do terrorista	56
	3.2.8 Intolerância.....	57
	3.3 Fatores que Motivam o Desenvolvimento (Crescimento) do Terrorismo no Mundo	59
	3.4 Zona Cinzenta: Terrorismo e Violência.....	61
IV –	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRORISMO NO BRASIL E NO MUNDO	65
	4.1 Terrorismo no Mundo	65
	4.2 Geopolítica e Terrorismo	69
	4.3 Terrorismo no Brasil.....	71
	4.3.1 Contexto histórico-cultural	71
	4.3.1.1 Brasil colônia: terrorismo e forças de autodefesa.....	72

4.3.1.2	A cabanagem: primeiras lições de “guerra de resistência” com o uso de táticas de guerrilha e terrorismo	74
4.3.1.3	A campanha de canudos: lições de terrorismo nativo.....	76
4.3.1.4	A intentona comunista de 1935: “terrorismo como forma de traição”	78
4.3.1.5	Os movimentos revolucionários nas décadas de 1960 a 1980.....	81
4.3.1.5.1	Generalidades	81
4.3.1.5.2	Da guerrilha urbana	83
4.3.1.5.3	Da guerrilha rural	86
4.3.1.5.3.1	Da guerrilha do vale do ribeira	87
4.3.1.5.3.2	Da guerrilha do caparaó.....	88
4.3.1.5.3.3	Da guerrilha do araguaia.....	89
4.3.1.6	O cenário a partir da década de 1980 até os dias atuais	92
4.4	Influências do Terrorismo Global e Regional	97
4.5	Perspectivas do Terrorismo no Brasil Frente as suas Principais Vulnerabilidades	100
4.5.1	Movimentos sociais	101
4.5.2	Crime organizado.....	105
4.5.3	A questão da tríplice fronteira e das fronteiras abertas	109
4.5.4	Narcotráfico	111
4.5.5	Instabilidade sócio-política continental.....	114
4.5.6	Pouca experiência e conhecimentos no trato com o terrorismo ...	117
V –	O TERRORISMO NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	121
5.1	Generalidades.....	121
5.2	A Dificuldade em Definir o Evento Terrorista em Ambiente Internacional.....	123
5.3	O Terrorismo e os Direitos Humanos Internacionais	127
5.3.1	Da violação dos direitos humanos	127
5.3.2	Resposta ao terrorismo e os direitos humanos	134
5.3.2.1	O papel do CSNU nas intervenções humanitárias	134
5.3.2.2	Os conflitos de quarta geração e os direitos humanos ...	138
5.3.2.3	O combate ao terror e direitos humanos	140
5.3.2.4	Principais atos internacionais de direitos humanos	145
5.4	Terroristas: Situação Jurídica Perante o Direito Internacional Público	147
5.5	Terrorismo e os Conflitos Híbridos.....	152
5.6	A Justiça Internacional e o Crime de Terrorismo	154
VI –	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE O TERRORISMO.....	161
6.1	Generalidades.....	161
6.2	Disposições Propriamente Ditas.....	163

6.2.1	O terrorismo no cenário das relações internacionais (art. 4º, inc. VIII).....	164
6.2.2	Dupla característica sob aspecto penal-processual- -constitucional: inafiançável e insuscetível de graça ou anistia (art. 5º, inc. XLIII).....	166
6.2.3	Vedação de organizações de caráter paramilitar e criminalização da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o estado de direito (art. 5º, incs. XVII e XLIV)..	170
6.2.4	Da federalização dos crimes contra os direitos humanos (art. 109, § 5º) e questões de competência.....	174
6.2.4.1	Crime de terrorismo e a ação privada subsidiária.....	176
6.2.4.2	Crime de terrorismo em conexão com um crime de competência da justiça comum estadual.....	176
6.2.4.3	Terrorismo e crime hediondo	177
6.2.4.4	Terrorismo e crime militar	178
6.2.4.5	Terrorismo comum (Lei 13.260, de 2016) e ato de terrorismo político (Lei 7.170, de 1983)	180
6.2.5	Terrorismo e Medidas Constitucionais de Exceção	184
VII –	TRATADOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL	
	SOBRE TERRORISMO	189
7.1	Generalidades.....	189
7.2	Convenções no Âmbito da Organização dos Estados Americanos OEA ..	191
7.2.1	Convenção interamericana contra o terrorismo, de 2002.....	191
7.2.2	Convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo configurados contra pessoas e a extorsão conexa, quando tiverem transcendência internacional, de 1971	192
7.3	Tratados no Âmbito do Mercosul.....	193
7.4	Protocolos e Convenções no âmbito das Nações Unidas	197
7.4.1	Generalidades	197
7.4.2	Principais protocolos e convenções	198
7.5	Da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e suas Ligações com o Terrorismo Internacional.....	202
7.5	Terrorismo e Crime Organizado: Novas Tendências no Brasil e no Mundo.....	206
7.5.1	Cibercriminosos.....	206
7.5.2	Crime organizado, organizações e partidos políticos.....	207
7.5.3	Crime organizado e movimentos sociais	209
7.5.4	Crime organizado e outros territórios extrainstitucionais	211
7.5.5	CO e as terras indígenas	213
7.5.6	CO e o comércio internacional	214
7.5.7	CO, terrorismo e <i>black-spots</i>	216
7.5.8	<i>Darknet</i> , CO e terrorismo	217
VIII –	LEIS NACIONAIS QUE TRATAM DO TERRORISMO	221
8.1	Generalidades.....	221

8.2	Na Lei de Segurança Nacional (LSN) (Lei 7.170, de 14.12.1983).....	224
8.3	Na Lei 9.613, de 03.03.1998	228
8.4	Na Lei 10.744, de 09.10.2003	233
8.5	Na Lei Complementar 105, de 10.01.2001	235
8.6	Na Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347, de 24.07.1985).....	237
8.7	No Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815, de 19.08.1980)	238
8.8	No Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002).....	239
8.9	Na Lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850, de 02.08.2013)	240
8.10	Na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072, de 25.07.1990).....	241
8.11	No Código Penal (Dec.-Lei 2.848, de 07.12.1940)	243
8.12	Na Lei de Prisão Temporária (Lei 7.960, de 21.12.1989)	244
IX –	LEI 13.260, DE 16.03.2016 – LEI ANTITERROR – (COMENTÁRIOS	
	À LEI ANTITERROR)	245
9.1	Generalidades.....	245
9.2	Art. 1º. Objetivos e Finalidade da Lei 13.260, de 2016. Introdução ao Tema.	250
9.3	Art. 2º. Definição do Crime de Terrorismo. Generalidades. Elementos Anímicos. Finalidade. Violência Física e Psicológica. Tipos de “Violências” mais Empregadas pelos Terroristas.....	253
9.4	§§ 1º e 2º do art. 2º. Do Ato Terrorista. Particularidades e Características. Dos Bens Sensíveis. Terrorismo Químico. Terrorismo Biológico (Bioterrorismo). Terrorismo Nuclear. Da Responsabilidade Civil do Estado. Uso de Gases e Venenos Tóxicos. Outros Meios Capazes de Causar Danos Desproporcionais e Destruição em Massa. Sabotagem. Ataques Cibernéticos (Ciberterrorismo). Excludente de Ilícitude – Exercício Regular de um Direito. Das Penas	279
9.5	Art. 3º. Da Promoção de Organização Terrorista. Das Unidades Táticas de Emprego de Terroristas. Das Penas.....	325
9.6	Art. 5º. Atos Preparatórios de Terrorismo. Fases de um Ataque Terrorista. Condutas que Tipificam Atos Preparatórios. Das Penas.....	328
9.7	Art. 6º. Do “Contraterrorismo Financeiro”. Das Condutas Equiparadas ...	345
9.8	Art. 7º. Das Condutas Preterdolosas – Aumento das Penas.....	350
9.9	Art. 10. Da Aplicação dos Institutos da Desistência Voluntária e do Arrependimento nos Crimes de Terrorismo	353
9.10	Art. 11. Da Competência Originária para Instruir e Julgar os Crimes de Terrorismo.....	355
9.11	Art. 12. Da Decretação de Medidas Assecuratórias nos Crimes de Terrorismo. Da Alienação dos Bens. Da Liberação Total ou Parcial dos Bens. Do Pagamento de Custas e Taxas pelo Acusado.....	359
9.12	Art. 13. Da Nomeação de Pessoa Física ou Jurídica para Administração dos Bens que Foram Objeto das Medidas Assecuratórias	366
9.13	Art. 14. Dos Direitos e Deveres do Administrador dos Bens	367

9.14	Art. 15. Da Existência de Tratados, Convenções ou Solicitações de Autoridades Estrangeiras Envolvendo Bens Sujeitos às Medidas Assecuratórias.....	368
9.15	Art. 16.....	373
9.16	Art. 17. Aplicação das Disposições Previstas na Lei 8.072, de 25.07.1990.....	389
9.17	Art. 18. Alteração na Lei de Prisão Temporária (Lei 7.960, de 1989).....	395
9.18	Art. 19. Nova Definição de Organização Terrorista – Nova Redação do art. 1º da Lei 12.850, de 02.08.2013.....	395
9.19	Art. 20. Entrada em Vigor da Lei 13.260, de 2016.....	396
X –	SISTEMA INSTITUCIONAL E OPERACIONAL DE COMBATE AO TERRORISMO NO BRASIL.....	397
10.1	Generalidades.....	397
10.2	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).....	399
10.2.1	Do núcleo do centro de coordenação das atividades de prevenção e combate ao terrorismo.....	400
10.2.2	Da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) do Conselho de Governo.....	401
10.2.3	Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI).....	402
10.3	Ministério da Defesa.....	403
10.3.1	Política nacional de defesa.....	404
10.3.2	Estratégia nacional de defesa.....	405
10.3.3	Livro branco de defesa nacional.....	406
10.3.4	Plano estratégico de fronteira (Dec. 7.496, de 08.06.2011).....	408
10.3.5	Operações interagências.....	409
10.3.6	Do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).....	411
10.3.7	Das forças armadas.....	412
10.3.7.1	Generalidades.....	412
10.3.7.2	Da marinha de guerra.....	413
10.3.7.2.1	Atribuições na Lei Complementar 97, de 1999.....	413
10.3.7.2.2	Ataque terrorista marítimo.....	414
10.3.7.2.3	Atribuições previstas em outras normas.....	417
10.3.7.2.4	Elementos operacionais de emprego contra o terrorismo.....	418
10.3.7.3	Do exército brasileiro.....	419
10.3.7.3.1	Atribuições na Lei Complementar 97, de 1999.....	419
10.3.7.3.2	Atribuições em outras legislações.....	420
10.3.7.3.3	Sistema proteger.....	421
10.3.7.3.4	Principais elementos operacionais de combate ao terrorismo.....	422
10.3.7.4	Do comando da aeronáutica.....	423

	10.3.7.4.1 Ataque terrorista aéreo	424
	11.3.7.4.2 Previsões em outras legislações.....	428
	10.3.7.4.3 Elementos operacionais de combate ao terrorismo	429
10.4	Do Ministério da Justiça.....	430
10.4.1	Rede Infoseg.....	431
10.4.2	Secretaria Extraordinária de Segurança para os Grandes Eventos (SESGE).....	431
10.4.3	Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).....	433
10.4.4	Departamento de Polícia Federal	434
	10.4.4.1 Bases constitucionais.....	434
	10.4.4.2 Principais estruturas orgânicas de combate ao terrorismo.....	435
	10.4.4.3 Acordos de cooperação internacional.....	438
	10.4.4.4 Elementos operacionais e estruturas de enfrentamento ao terrorismo	439
	10.4.5 Da inteligência penitenciária.....	441
	10.4.6 Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	442
10.5	Ministério das Relações Exteriores (MRE).....	444
10.6	Ministério da Fazenda (COAF).....	444
10.7	Na Política e no Sistema Nacional de Inteligência (SISBIN).....	445
	10.7.1 Na política nacional de inteligência (Dec. 8.793, de 29.06.2016).....	445
	10.7.2 No SISBIN e na ABIN.....	448
	11.7.2.1 Do SISBIN	448
	10.7.2.2 Da ABIN	449
	10.7.2.3 A atividade de inteligência e o terrorismo	453
10.8	Ministério da Saúde.....	456
10.9	Da Cruz Vermelha Brasileira	458
10.10	Do Ministério Público	459
10.11	Das Polícias Militares e Cíveis.....	460
10.12	Empresas de Segurança Privada.....	462
10.13	Do Voluntariado	463
XI	TENDÊNCIAS ATUAIS DOS MOVIMENTOS TERRORISTAS	465
XII	CONCLUSÃO.....	471
	REFERÊNCIAS.....	475
	ÍNDICE ALFABÉTICO.....	489

Lista de Desenhos

Desenho 1 –	Critérios para Classificação do Terrorismo.....	28
Desenho 2 –	Critério da Amplitude Geográfica.....	28
Desenho 3 –	Nível de Alerta Contra Ataques Terroristas (NAA).....	42

Desenho 4 –	Características do Terrorismo Moderno.....	59
Desenho 5 –	Zonas Cinzentas.....	63
Desenho 6 –	Intervenção Humanitária: Processo Degenerativo de um Estado.....	137
Desenho 7 –	Terrorismo e Estado de Defesa – Estado de Sítio	187
Desenho 8 –	Evolução Legal do Terrorismo No Brasil	222
Desenho 9 –	Elementos Integrantes do Crime (Tipo) de Terrorismo	255
Desenho 10 –	Unidades de Emprego de Terroristas	327
Desenho 11 –	Financiamento do Terrorismo.....	350

Lista de Tabelas

Tabela 1 –	Nível de Atuação dos Agentes Terroristas	44
Tabela 2 –	Ações Terroristas no Mundo, entre 1970 e 2015	45
Tabela 3 –	Grupos Terroristas Urbanos que Atuaram Durante o Regime Militar no Brasil.....	84
Tabela 4 –	Algumas Diferenças entre a Guerrilha Urbana e Rural.....	91
Tabela 5 –	Panorama dos Principais Movimentos Sociais no Novo Milênio.....	104
Tabela 6 –	Brasil e suas Vulnerabilidades ao Terrorismo.....	118
Tabela 7 –	Principais Organizações Terroristas no Mundo	129
Tabela 8 –	Justiça Internacional e o Crime de Terrorismo.....	160
Tabela 9 –	Terrorismo na Constituição Federal de 1988	163
Tabela 10 –	Princípio da Extraterritorialidade no Código Penal.....	182
Tabela 11 –	Proposta de Estratégia de Luta Regional Contra o Terrorismo	195
Tabela 12 –	Convenções, Tratados e Protocolos Recepcionados pela Legislação Pátria que Têm Ligação com o Terrorismo.....	204
Tabela 13 –	Terrorismo e Crime Organizado – Novas Tendências	219
Tabela 14 –	Terrorismo na Legislação Infraconstitucional.....	223
Tabela 15 –	Diferenças Entre os Crimes de Terrorismo nas Leis 13.260/2016 e 7.170/1983	228
Tabela 16 –	Principais Armas de Fogo Utilizadas por (Grupos) Terroristas	272
Tabela 17 –	Discurso Quatripartido da Lei Antiterror	281
Tabela 18 –	Principais Agentes Químicos Empregados por Terroristas	292
Tabela 19 –	Ataque Terrorista com Armas Biológicas – Bioterrorismo	296
Tabela 20 –	Principais Gases Tóxicos e seus Efeitos	305
Tabela 21 –	Cronologia de um Ataque Terrorista.....	331
Tabela 22 –	Atos Preparatórios do Crime de Terrorismo (§ 1º do art. 2º e <i>caput</i>).....	337
Tabela 22-A –	Outros Atos Preparatórios do Crime de Terrorismo (arts. 3º e 6º)	338
Tabela 23 –	Medidas Assecuratórias Prevista na Lei Antiterror	373
Tabela 24 –	Principais Meios de Obtenção de Prova.....	376
Tabela 25 –	Principais Estruturas Militares Existentes no Brasil de Combate ao Terrorismo	433
Tabela 26 –	Principais Estruturas Policiais Cíveis Existentes no Brasil de Combate ao Terrorismo.....	443
Tabela 27 –	Principais Estruturas Cíveis Vocacionadas para Emprego no Caso de Atentados Terroristas	452